

PROVÍNCIA DO HUAMBO
GRUPO PROVINCIAL DE AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE

**AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À INSEGURANÇA
ALIMENTAR**
(Novembro 2002 - Abril 2003)

Membros do grupo:

- ADPP
- ADRA-A
- ADRA-I
- ASA
- CIC
- CICV
- CONCERN
- DW
- FAO
- GACAMC
- IMC
- MINARS
- MINSA
- MOVIMONDO
- OADECO
- OCHA
- OIKOS
- OMS
- OXFAM
- PAM
- SC-UK
- SOLIDARITES
- UNICEF
- WORLD VISION

Huambo, Maio de 2003

INDICE

Resumo	3
1. Introdução	4
2. Acessibilidade	4
2.1 Acessibilidade geral	4
2.2 Movimentos de população	5
3. Agricultura e Pecuária	5
3.1 Características gerais e actividades em curso	5
3.2 Distribuição de insumos agrícolas	5
3.3 Desenvolvimento da campanha agrícola 2002-03	5
3.4 Produção e reservas alimentares	5
4. Mercados e Preços	8
4.1 Caracterização da actividades comercial	8
4.2 Comportamento dos preços	8
4.3 Diferenças nos preços do mercado	9
4.4 Previsão de alterações no comportamento dos preços	9
5. Situação nutricional e de saúde	10
5.1 Inquéritos nutricionais	10
5.2 Admissões nos centros nutricionais	10
5.3 Saúde, água e saneamento	11
6. Meios de sustento e estratégias de sobrevivência	14
7. Identificação de áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar	15
8. Conclusão: Índice integrado de vulnerabilidade	17
9. Recomendações	18
Anexo 1	20

Resumo

A acessibilidade na província do Huambo, no período entre Novembro 2002 e Abril 2003, manteve-se estável, com alguns episódios isolados de banditismo a norte do município do Longonjo e incidentes com minas, nomeadamente na Etunda (Calima, Huambo), Tchilata (Longonjo) e Sambo (Tchicala Tcholoanga). Mantém-se vedadas à comunidade humanitária as comunas de Tchiaca (Tchindjenje), Cambuengo (Mungo), Mundundo e Cacoma (Ukuma), Samboto (Tchicala Tchol.) e Tchiumbo e Tchinhama (Catchiungo), quer pela presença de minas (Mundundo, Samboto), quer pela destruição de pontes vitais (Tchiaca e Tchinhama).

No mesmo período, o Huambo continuou a registar mudanças importantes na dinâmica do movimento de retorno, organizado e espontâneo, às áreas de origem. Cerca de 396,931 pessoas regressaram às suas áreas de origem. Os municípios que mais retornados continuam a receber são: Bailundo-32%, Caála-22% e Tchicala Tcholoanga e Mungo-cerca de 10%. A migração interna teve, no período transacto, um peso mais significativo no conjunto do movimento de retorno controlado (70%), mas já neste período, a migração externa passou a ocupar esse lugar (64%). Estima-se que, desde o final do cessar-fogo, tenham retornado ao Huambo cerca de 800,000 pessoas. Existem no Huambo e Caála áreas de reassentamento, onde se encontram 27,968 antigos deslocados, que não pretendem regressar às suas zonas de origem antes das próximas eleições. Nas ARF do Huambo foram assistidas pela última vez, em Abril/03, um total de 81,919 pessoas, que não encetaram qualquer movimento de regresso por problemas ligados à sua transportação.

A distribuição de insumos agrícolas para a 1ª época abrangeu 143,672 famílias (das quais 18,783 famílias nas ARF com kits de hortícolas e 1 enxada europeia para cada família), com 716TM de cereais e 783TM de leguminosas. A distribuição abrangeu maioritariamente retornados (53%) e residentes (25%), sobretudo nos municípios do Huambo, Caála, Bailundo e Ekunha (entre 10 e 20% do total de insumos) e em menores quantidades todos os restantes municípios da província (raramente chegando a 5%). Para a 2ª época, O CICV e a FAO distribuíram kits de hortícolas (10 gr de 4 diferentes variedades) e instrumentos 11,0157 famílias nos municípios do Bailundo, Ekunha, Catchiungo, Huambo e Tchinhaje (Tchiaca e Chicoco).

A área média cultivada por família variou segundo o grupo populacional, por factores ligados à aptidão agrícola da região e à capacidade produtiva dos agregados familiares assistidos: *População residente*: 2.5 ha; *População retornada*: 1.25 ha; *População deslocada*: 0.25 ha. A produção estimada desta campanha agrícola é sensivelmente melhor que a do ano transacto para o milho e o feijão, excepto feijão nos municípios da Caála, Ekunha e Huambo, devido ao excesso de chuvas que se registou em Dezembro/Janeiro. No caso do amendoim (ainda não foi colhido), a produção total pode vir a ser bastante inferior à aqui estimada, pelo fraco poder germinativo da semente distribuída (por demasiado tempo de armazenagem e deficiências no transporte e descarga). Em termos de reservas estão em pior situação os deslocados em geral, os residentes do município do Mungo e os retornados do Bailundo, Catchiungo, Tchicala Tcholoanga e Tchinhaje, com reservas de cereais até um máximo de 2 meses.

Entre Março e Abril de 2003 registou-se um aumento da disponibilidade e diversidade de produtos, o que se reflectiu no custo da cesta alimentar básica no mercado de referência da cidade do Huambo. Relativamente ao mesmo período do ano anterior a redução do custo da cesta é apreciável, facto que reflecte a abertura dos mercados e o relançamento da produção agrícola local e seu escoamento. Esta baixa de preços beneficiou os grupos populacionais de baixa renda, atendendo a que os seus rendimentos não aumentam proporcionalmente às subidas ou descidas de preços no mercado. O poder de compra da população nos principais centros urbanos foi influenciado pelas mudanças na taxa de câmbio (que desvalorizou o salário da função pública) e nas áreas rurais por pobres fontes de renda neste período.

Foram realizados pela CONCERN dois inquéritos nutricionais. No Longonjo, embora as taxas de malnutrição não sejam alarmantes, tendo em conta os intervalos de confiança, a situação nutricional é preocupante. Na Ekunha, as taxas são semelhantes às do inquérito levado a cabo em Abr/02, mas a situação do Tchipeio (incluída apenas neste inquérito) revela-se pior que na sede. Também neste caso as taxas de mortalidade são alarmantes, sobretudo se comparadas com as do inquérito de Abril. Foram realizadas várias despistagens pelo método MUAC, no quadro do sistema de avaliações rápidas das necessidades alimentares críticas, cujos resultados se apresentam na tabela 6. A situação mais grave é a da comuna da Chilata, onde se registou um risco severo de mortalidade por malnutrição de 7%. Embora não pertencendo à província do Huambo, a situação da população de Menga (K.Sul), gerida administrativamente pelo Huambo, é igualmente grave (6.18%).

A tendência nos centros nutricionais da província é de clara diminuição das admissões ao longo dos últimos 3 anos, acentuando-se a partir de Abril de 2002, após o início do retorno das populações às suas áreas de origem. Registaram-se, no entanto, ligeiras subidas que se verificam anualmente neste "período de fome" (Janeiro-Março). De realçar que, a partir de Janeiro/03, começaram a encerrar os CNS do Huambo e da Caála devido a essa redução, permanecendo abertos apenas 1 CNS e 2 CNT no Huambo. As admissões vêm aumentando progressivamente nos CNS dos restantes municípios, reflectindo o movimento de retorno, sobretudo para o Bailundo. De realçar, entretanto, que a cobertura da rede nutricional na generalidade das sedes municipais restringe-se a uma área reduzida à volta destas, dificilmente conseguindo alargar a sua acção para lá do raio de acção, excepto no Longonjo.

As situações nutricionais mais graves encontram-se nas comunas do Bimbe (Bailundo), Tchinhama (Catchiungo), Cumbira e Galanga (Longonjo), Chilata (Longonjo), Cambuengo (Mungo), Mbave, Sambo e Samboto (Tchic.Tchol.) Tchiaca (Tchinhaje) e Cacoma e Mundundo (Ukuma), por serem zonas isoladas ou de muito difícil acesso, funcionamento muito ineficiente ou nulo dos serviços de saúde e ausência de assistência

humanitária. Em situação menos grave, mas preocupante, estão as comunas de Hengue, Lunge e Luvemba (Bailundo), Catata e Cuima (Caála) Tchiumbo (Catchiungo), Tchipeio (Ekunha), Catabola (Longonjo), Mungo (Mungo), Tchicala Tcholoanmga e Tchinjenje.

O trabalho agrícola ocasional foi a principal fonte de rendimento para a maioria dos agregados familiares retornados e residentes de renda baixa, nomeadamente: preparação de terras e recolha e transporte de produtos. Em termos de actividades extra-agricultura, os homens retornados realizaram trabalhos de construção provisória de habitações nas zonas onde se estão a fixar as famílias provenientes das ARF. Outra fonte de receita foi a utilização dos “trotes” (carro de mão) para a transportação de mercadorias das praças municipais para as zonas mais remotas e de difícil acesso.

Conclusão:

As áreas em risco mais *elevado à insegurança alimentar* são as comunas de Bimbe e Hengue (Bailundo), Tchinhama e Tchiumbo (Catchiungo), Tchipeio (Ekunha), Chilata (Longonjo), Cambuengo (Mungo), Sambo, Samboto (Tchicala Tcholoanga), Chiaca (Tchinjenje) e Mundundo (Ukuma). As áreas em risco *moderado a elevado à insegurança alimentar* são as comunas de Lunge e Luvemba (Bailundo), Cumbira (Londumbali), Catabola (Longonjo), Mungo (Mungo), Tchicala Tcholoanga e Mbave (Tch.Tcholoanga), Tchinjenje (Tchinjenje) e Cacoma (Ukuma).

Encontram-se em situação *de insegurança alimentar* na província cerca de 324,136 pessoas, cujos sistemas de sustento estão gravemente afectados, não possuindo quaisquer reservas alimentares, nem outros meios de satisfazer as suas necessidades alimentares mínimas. Desse número, cerca de 14,545 pessoas em zonas de reassentamento, 192,000 retornados a diferentes regiões do interior da província, 117,402 residentes considerados como possuindo uma vulnerabilidade estrutural acentuada. Em situação de menor gravidade, mas num grau de *vulnerabilidade elevada*, encontram-se cerca de 176,968 pessoas, com reservas insuficientes para satisfazer as necessidades alimentares mínimas até à próxima colheita; as reservas destes agregados não deverão ultrapassar os 2 meses.

Destas populações foram assistidas, pelo PAM, em Abril/03 cerca de 115,000 pessoas nas comunas de maior risco e 88,000 nas comunas que situam em risco moderado a elevado. Note-se, no entanto, que, nestas mesmas áreas, cerca de 110,000 pessoas encontram-se isoladas (comunas de Tchinhama, Tchiumbo, Cambuengo, Samboto, Tchiaca e Mundundo classificadas em risco elevado).

1. Introdução

Este documento apresenta o relatório da análise de vulnerabilidade para o período de Novembro-2002/Abril-2003 e a previsão da vulnerabilidade para os meses de Maio/Octubro de 2003 na província do Huambo. O objectivo deste relatório é a análise do actual grau de vulnerabilidade à insegurança alimentar de diferentes grupos populacionais no período pré-colheita. Devido à situação prevalecente na província apenas faz a cobertura das áreas que são acessíveis à comunidade humanitária. As condições de vida das populações que vivem fora do perímetro de acesso humanitário são desconhecidas.

O relatório sintetiza dados e informações mais parcelares recolhidas de Novembro a Abril, analisadas em distintos capítulos, nomeadamente o desenvolvimento da campanha agrícola 2002/03 e estimativa das reservas de cereais e leguminosas dos diferentes grupos populacionais, tendências nos preços dos produtos alimentares básicos e capacidade de aquisição de bens de consumo e serviços, índices de malnutrição, condições de saúde e sanidade e severidade das estratégias de sobrevivência adoptadas. A análise enfatiza a forma como estes factores interagem e condicionam a manutenção e restabelecimento do modo de vida das populações.

Finalmente, o relatório apresenta as áreas geográficas em risco de insegurança alimentar, baseando-se na análise dos seguintes factores: acessibilidade, produção agrícola, dinâmica dos mercados, situação de saúde e nutrição e actividades de sustento e estratégias de sobrevivência. Apresenta um índice integrado e qualitativo do seu grau de vulnerabilidade por área geográfica, identificando as áreas em maior risco e os grupos populacionais em situação de insegurança alimentar ou vulnerabilidade mais elevada. Com base neste índice, o documento conclui apresentando com conjunto de recomendações de acções futuras aconselháveis no contexto da província, dentro das prioridades geográficas e populacionais determinadas.

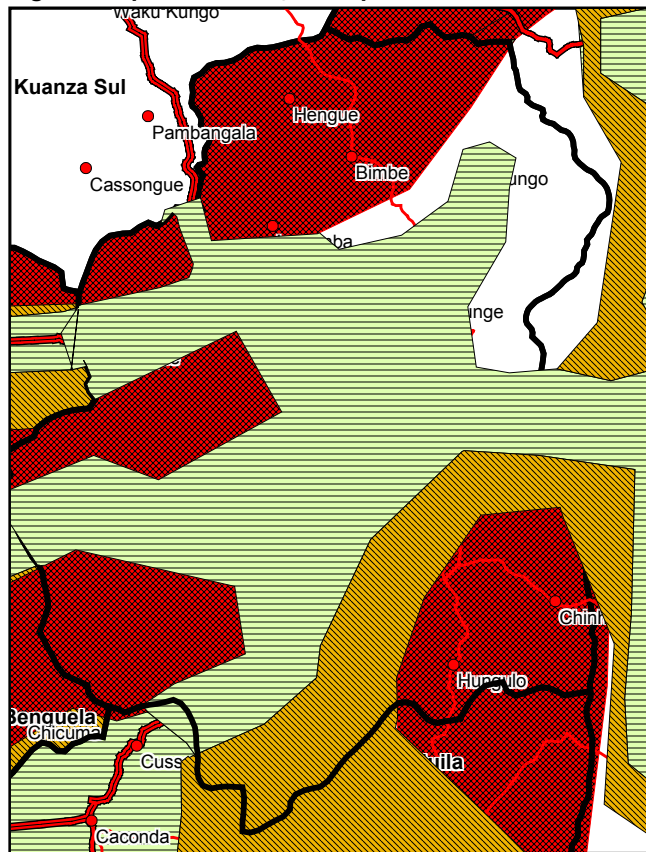
Esta análise é o resultado das contribuições dos parceiros que compõem o Grupo Provincial de Avaliação de Vulnerabilidade, de entrevistas realizadas a populares nos mercados, nos campos de deslocados e a administrações municipais.

2. Acessibilidade e População

2.1 Acessibilidade geral

A acessibilidade na província, no período entre Novembro 2002 e Abril 2003, manteve-se, com alguns episódios isolados de banditismo a norte do município do Lundimbali e incidentes com minas, nomeadamente na Etunda (Calima, Huambo), Tchilata (Longonjo) e Sambo (Tchicala Tcholoanga). Por esta razão foram encerradas à circulação humanitária, a partir de Novembro de 2002, vias importantes como Huambo-Kuito, Huambo-Kalima (Huambo), Sambo-Samboto (Tchicala Tcholoanga) e Catchiungo-Tchinhamo (Catchiungo).

Fig. 1 – Mapa da circulação de pessoas e bens



Entretanto, mantém-se vedadas ao acesso da comunidade humanitária, no sistema de segurança das Nações Unidas, as comunas de Tchica (Tchindjenje), Cambuengo (Mungo), Mundundo e Cacoma (Ukuma), Samboto (Tchicala Tcholo.) e Tchiumbo e Tchinhamo (Catchiungo), quer pela presença de minas (leste da comuna de Lunge, Mundundo, Samboto), quer pela destruição de pontes vitais (Tchica e Tchinhamo).

As chuvas e o incremento do tráfego deterioraram as condições físicas de várias pontes e estradas: sobre o rio Cavienho, no troço Bailundo-Alto Hama, o rio Cusso, no troço Bailundo-Chiteta, o rio Colele, no troço Bailundo-Lunge e sobre o rio Luvulo, entre Lunge e Mungo. A única estrada de aceso ao Bimbe (Bailundo) ficou impraticável após as primeiras chuvas, bem como a estrada Bailundo-Luvemba e Bailundo-Hengue.

Esta situação provocou sérios constrangimentos às operações humanitárias de assistência a norte (Bimbe e Luvemba) e a sudeste (Sambo, Samboto e Tchinhamo), a cerca de 48, 000 pessoas em Luvemba e sede do Sambo. Nas restantes três áreas não foi ainda possível assistir as populações. Foi efectuada uma operação de distribuição aérea a Luvemba, em Fevereiro, para acudir àquela população, com ração correspondente a um mês.

No mesmo período, apenas foi aberta à

circulação humanitária a comuna do Bimbe (Bailundo), onde, duas semanas após o fim das chuvas, decorre actualmente o registo de população necessitando de assistência. A Halo Trust começou a desminagem, a partir de Março de 2003, em direcção à província do Bié (Huambo-Tchicala Tcholoanga-Catchiungo) e Tchicala Tcholoanga-Sambo, reabertas em princípios de Abril.

A população e os comerciantes circulam livremente, por redes secundárias ou terciárias. A única restrição conhecia na circulação de comerciantes são as vias com grandes pontes destruídas.

No período que se avizinha, apesar de se prever uma maior transitabilidade em vias actualmente impedidas pelas chuvas, manter-se-á o problema das pontes. A circulação deverá melhorar em todas as comunas do Bailundo, Londuimbali (Cumbira, Ngalanga), Tchipeio (Ekunha), Sambo e Samboto (Tch. Tcholoanga) e para o Bunjei (Huila).

Manter-se-ão isoladas, por destruição de pontes e suspeita de minas, as comunas da Tchinhama (Catchiungo), Cambuengo (Mungo), Mundundo (Ukuma), Tchiaca (Tchindjenje) e todas as outras que o sistema das NU considera proibidas. Prevê-se a abertura, no curto prazo, da via Tchicala Tcholoanga-Tchiumbo, região onde a Halo Trust desenvolve trabalhos de desminagem actualmente.

2.2. Movimentos de população

Tabela 1 - População da província	
Município	Total pessoas
Bailundo	195,937
Caála	389,921
Ekunha	95,417
Huambo	852,480
Catchiungo	92,624
Londuimbali	93,441
Longonjo	71,183
Mungo	56,872
Tchicala Tcholoanga	158,445
Tchinjenje	36,040
Ukuma	51,193
TOTAL	2,093,553
Fonte: GAAMC, Março 2003	

O Grupo Provincial de Análise de Vulnerabilidade adoptou os números constantes da tabela 1 como as melhores estimativas de população para a província. Estes números, cuja fonte é o Gabinete de Apoio às administrações municipais e comunais do governo provincial, diferem em cerca de 357,000 mais do que o número projectado para 2003 pelo Instituto Nacional de Estatística.

Entre Novembro de 2002 e Abril de 2003, o Huambo continuou a registar mudanças importantes na dinâmica do movimento de retorno, organizado ou espontâneo, às áreas de origem. Cerca de 396,931 pessoas regressaram às suas áreas de origem, assistidas pelas ONG e/ou pelo Governo (tabela 2), enquanto que um número não especificado de pessoas optou pelo retorno espontâneo sem qualquer tipo de apoio. Os municípios que mais retornados continuam a receber são, por ordem de prioridade: Bailundo: 127,287 (32%), Caála: 87,700 (22%) e Tchicala Tcholoanga e Mungo: 42,000 (cerca de 10%).

Estima-se que, desde o final do

cessar-fogo, tenham retornado ao Huambo cerca de 800,000 pessoas. Enquanto que, no período entre Abril e Outubro/02, a migração interna teve um peso mais significativo no conjunto do movimento de retorno controlado (70%), já neste período, a migração externa passou a ocupar esse lugar (64%). O retorno de desmobilizados aumentou neste período devido ao encerramento de muitas ARF, sobretudo no exterior do Huambo, representando 10% do total do movimento de retorno na província.

Nas ARF do Huambo foram assistidas pela última vez, em Abril/03, um total de 81,919 pessoas, que não encetaram qualquer movimento de regresso por problemas ligados à sua transportação. Desse número, encontram-se 6,165 pessoas na Esfinge (Bailundo), 12,842 pessoas na Chiteta I e II (Bailundo), 27,445 pessoas na ARF de Menga (Kuanza Sul) e 32,809 no Sambo (Tchicala Tcholoanga).

Entretanto, o movimento controlado de regresso de ex-militares e seus dependentes cifrou-se em 36,958 pessoas, sendo o Bailundo o município que mais pessoas recebeu entre Dezembro e Abril - 24,991, distribuídas da seguinte forma: sede: 10,615 pessoas; Lunge: 3,497; Luvemba: 3,281; Bimbe: 3,758 e Hengue: 3,840. Existe um número não controlado de movimento nas ARF, que pode aproximar-se das 9,000 pessoas.

Existem no Huambo e Caála áreas de reassentamento, onde se encontram 27,968 antigos deslocados, que não pretendem regressar às suas zonas de origem antes das próximas eleições.

Tabela 2 – Movimento de retorno (Nov/02-Abr/03)			
Município origem	Comuna origem	No Pessoas	No famílias
Bailundo	Bailundo	13,012	3,950
	Bimbe	26,320	6,412
	Hengue	24,287	5,460
	Lunge	37,123	7,602
	Luvemba	26,545	5,766
Caála	Caála	14,123	2,872
	Calenga	25,331	4,970
	Catata	27,245	3,107
	Cuima	21,001	4,685
Catchiungo	Catchiungo	859	-
	Tchinhama	18,926	3,397
Ekunha	Ekunha	6,398	13
	Tchipeio	16,676	-
Huambo	Huambo	16,925	966
	Chipipa	249	41
Longonjo	Longonjo	7,536	116
	Catabola	257	1,565
	Chilata	24,600	5,621
	Lepi	1,568	237
Londuimbali	Londuimbali	1,553	205
	Cumbira	629	239
	Ngalanga	5,868	1,624
Mungo	Mungo	32,247	6,123
Tch. Tcholoanga	Tch. Tcholoanga	702	8
	Sambo	43,091	7,968
Tchinjenje	Tchinjenje	245	80
Ukuma	Ukuma	3,615	-
Total		396,931	73,027
Fonte: MINARS, IRSEM e PAM - Mar/03			

3. Agricultura e Pecuária

3.1. Características gerais e actividades em curso

O período deste relatório compreendeu a sementeira da principal época agrícola de sequeiro, em Outubro-Novembro; a colheita das culturas de milho, feijão, abóbora e hortícolas das “nakas”, em Janeiro-Fevereiro; a sementeira de culturas em 2ª época, em Fevereiro (feijão, amendoim, trigo, soja e hortícolas) e a colheita de milho e feijão das lavras, que teve início em Abril e se estenderá até Junho. Não existem valores quantitativos em relação aos rendimentos das culturas das nakas, mas estimam-se valores à volta de 400 e 600kg/ha para a cultura do milho e feijão respectivamente; tendo em conta as quantidades consumidas em fresco, as reservas alimentares serão provavelmente muito reduzidas.

Com a nova situação de segurança e com os grandes movimentos populacionais de deslocados e desmobilizados para as suas áreas de origem, novas zonas se tornaram acessíveis, mas não há informação sobre a disponibilidade de terra agricultável para estas famílias, podendo mesmo haver limitações em algumas localidades.

3.2. Distribuição de insumos agrícolas

A distribuição de insumos agrícolas para a 1ª época abrangeu 143,672 famílias (das quais 18,783 famílias nas ARF com kits de hortícolas e 1 enxada europeia para cada família), com 716TM de cereais e 783TM de leguminosas. A distribuição abrangeu maioritariamente retornados (53%) e residentes (25%), sobretudo nos municípios do Huambo, Caála, Bailundo e Ekunha (entre 10 e 20% do total de insumos) e em menores quantidades todos os restantes municípios da província (raramente chegando a 5%).

Para a 2ª época agrícola foram distribuídos kits de hortícolas (10 gr de 4 diferentes variedades) e instrumentos disponibilizados pela FAO a 7,782 das famílias nos municípios do Bailundo, Ekunha, Catchiungo e Huambo. O CICV, procedeu à distribuição de 3,233 kits de hortícolas (10 gr de 7 diferentes variedades) e 2,301 enxadas europeias para o mesmo número de famílias retornadas no município do Tchinnenje (Tchiaca e Chicoco).

Para a sementeira das nakas, o CICV prevê a seguinte distribuição:

- *Ukuma* - 21TM de feijão comum, 4,166 enxadas europeias e 4,166 kits de hortícolas
- *Longonjo* - 8.58 TM de feijão, 1,716 enxadas europeias e 1,716 kits de hortícolas a 1,716 famílias
- *Catchiungo* - 50 TM de feijão, 10,000 enxadas europeias e 10,000 Kits de hortícolas a 10,000 famílias
- *Bailundo* - 50 TM de feijão, 9,981 enxadas europeias e 9,981 kits de hortícolas a 9,981 famílias
- *Tchinnenje* - 8 TM de feijão, 477 enxadas europeias (as restantes famílias receberam enxadas em Fevereiro/03) e 1,599 kits de hortícolas a 1,599 famílias.

3.3. Desenvolvimento da campanha agrícola 2002-03

No município do Huambo, as primeiras chuvas caíram a partir do 1º decénio de Setembro, mas só “pegaram” completamente no 1º decénio de Novembro, o que provocou atrasos na sementeira de 1ª época, tendo em conta o calendário agrícola do Huambo. A partir deste mês, as chuvas tornaram-se regulares, apesar de alguns excessos registados nos meses de Dezembro e Janeiro, com impacto negativo na cultura do feijão nas “nakas”.

Esta regularidade no comportamento das chuvas, com menos intervalos e sem estiagens (pequeno cacimbo), apresenta algumas vantagens para a cultura do milho e batata-doce, mas em contrapartida é desvantajosa para as leguminosas, menos resistentes em termos hídricos.

Quanto ao estado fitossanitário e desenvolvimento das principais culturas alimentares básicas instaladas, pode-se afirmar que, de uma forma geral, exceptuando-se a cultura do feijão nas “nakas” e nas lavras em alguns municípios, as demais culturas não tiveram problemas fitossanitários que possam por em risco os resultados da colheita.

Tendo em conta as condições climáticas favoráveis que se registam desde o início da campanha, a distribuição atempada dos insumos agrícolas, em quantidades superiores à época transacta, a facilidade de acesso em algumas zonas rurais, fez com que os camponeses trabalhassem em melhores condições as suas terras, aumentassem significativamente as áreas de cultivo e prevêem-se, por isso, colheitas razoáveis. No entanto, os retornados poderão ter tido dificuldades em preparar terras em pousio prolongado.

A actividade pecuária, anteriormente importante em quase todos os municípios, devido à guerra foi limitada apenas aos municípios do Huambo, Caála e Ekunha, mas pelo clima de paz que se vive, já é notória nos municípios de Longonjo, Londuimbali, Bailundo e Tchinnenje. Neste último município é notório o grande número de cabeças de gado de residentes, utilizado também na tracção animal. O gado é adquirido em Benguela e na Huíla.

3.4. Produção e reservas alimentares

As estimativas de produção aqui apresentadas dizem respeito apenas ao universo de famílias assistidas com a distribuição de insumos agrícolas efectuada pela comunidade humanitária nesta campanha agrícola, pois não

existem dados disponíveis sobre a produção das restantes famílias. A área média cultivada por família variou segundo o grupo populacional, por factores ligados à aptidão agrícola da região e à capacidade produtiva dos agregados familiares assistidos: *População residente*: 2.5 ha; *População retornada*: 1.25 ha; *População deslocada*: 0.25 ha.

A produção total estimada por culturas e grupos populacionais é reflectida nas tabelas abaixo.

Tabela 3.1 - Estimativa da produção por culturas - Deslocados

Município	Numero de famílias	Milho		Feijao vulgar		Amendoim*	
		Area (ha)	Prod.total (Kg)	Area (ha)	Prod.total (Kg)	Area (ha)	Prod.total (Kg)
Caala	6,296	1,574	472,200	236	35,415	315	94,440
Ekunha	1,830	458	137,250	69	10,294	-	-
Huambo	3,573	893	267,975	134	20,098	179	53,595
Ukuma	400	100	30,000	15	4,500	-	-
Total	12,099	3,025	907,425	454	70,307	493	148,035

A produção total das 124,889 famílias assistidas durante a campanha agrícola 2002-03 totalizou:

- Milho: 60,624.5 TM;
- Feijão: 7,500.8 TM;
- Amendoim: 1,008T.

Na campanha agrícola passada, o MINADER forneceu dados de produção para 228,500 famílias, sendo:

- Milho: 97,800 TM;
- Feijão: 17,200 TM;
- Amendoim: 285 TM.

Estas diferenças ficaram a dever-se a:

- No caso do milho, ao aumento das áreas em cultura, que pode estar na base do aumento de rendimento verificado;
- No caso do feijão, registaram-se más produções nos municípios da Caála, Ekunha e Huambo, devido ao excesso de chuvas que se registou em Dezembro/Janeiro;

Tabela 3.2 - Estimativa da produção por culturas-Reassentados e Retornados

Município	Numero de famílias	Milho		Feijao vulgar		Amendoim*	
		Area (ha)	Prod.total (Kg)	Area (ha)	Prod.total (Kg)	Area (ha)	Prod.total (Kg)
Bailundo	20,346	25,433	7,629,750	5,087	1,525,950	592	177,690
Caala	18,932	23,665	9,466,000	4,733	709,950	947	283,980
Ekunha	2,324	2,905	871,500	581	87,150	-	-
Huambo	4,050	5,063	1,518,750	1,013	151,875	-	-
Catchiungo	2,400	2,880	864,000	432	129,600	120	36,000
Londumbali	5,750	6,900	2,760,000	1,380	414,000	288	86,250
Longonjo	3,910	4,888	1,466,250	978	293,250	100	30,000
Mungo	4,000	5,000	1,500,000	1,000	300,000	-	-
Tchic.Tchol.	9,110	10,932	3,279,600	1,640	491,940	456	136,650
Tchinjenje	5,000	6,250	1,875,000	938	281,250	-	-
Ukuma	1,706	2,133	639,750	320	95,963	-	-
Total	77,528	96,047	31,870,600	18,100	4,480,928	2,502	750,570

Tabela 3.3 - Estimativa da produção por culturas - Residentes

Município	Numero de famílias	Milho		Feijao vulgar		Amendoim*	
		Area (ha)	Prod.total (Kg)	Area (ha)	Prod.total (Kg)	Area (ha)	Prod.total (Kg)
Caala	2,500	6,250	2,500,000	1,875	187,500	-	-
Ekunha	10,387	25,968	7,790,250	7,790	779,025	-	-
Huambo	13,675	34,188	10,256,250	10,256	1,025,625	115	34,500
Londumbali	5,000	12,250	4,900,000	2,450	735,000	250	75,000
Mungo	1,000	1,250	375,000	375	75,000	-	-
Ukuma	2,700	6,750	2,025,000	1,350	202,500	-	-
Total	35,262	86,655	27,846,500	24,097	3,004,650	365	109,500

- No caso do amendoim (ainda não foi colhido), a produção total pode vir a ser bastante inferior à aqui estimada, pelo fraco poder germinativo da semente distribuída (por demasiado tempo de armazenagem e deficiências no transporte e descarga).

Não se inclui nestas tabelas a produção de 18,783 famílias das ARF, na medida em que estes apenas receberam hortícolas e a maioria não a cultivou. Entretanto, o MINADER refere que teriam estado envolvidas nesta campanha agrícola cerca de 328,257 famílias camponesas, mas não são referidos dados de produção.

De acordo com estas produções e tendo em conta o consumo mínimo mensal de uma família de 5 pessoas, que garanta a ingestão de 2,100 Kcal/pessoa/dia, foram calculadas (em meses) nas tabelas abaixo as reservas alimentares para os diferentes grupos populacionais em diferentes regiões:

Ekunha	0.42	0.38
ambo	0.42	0.38

meses

Tabela 4.3 - Reservas-Residentes

Município	Milho	Feijao	Amendoim
Caala	5.6	5	
Ekunha	4.2	5	
Huambo	4.2	5	2.5
Londumbali	5.4	9.8	5.4
Mungo	2.1	5	
Ukuma	4.2	5	

* em meses

Tabela 4.2 - Reservas-Retornados

Município	Milho	Feijao	Amendoim
Bailundo	2.1	5	1.5
Caala	2.8	2.5	2.5
Ekunha	2.1	2.5	-
Huambo	2.1	2.5	-
Catchiungo	2.0	3.6	2.5
Londumbali	2.7	4.8	2.5
Longonjo	2.1	5	1.3
Mungo	2.1	5	-
Tchic.Tchol.	2.0	3.6	2.5
Tchinjenje	2.1	3.8	-
Ukuma	2.1	3.8	-

*em meses

Em termos de reservas alimentares, a vulnerabilidade das famílias assistidas é, por ordem de gravidade:

- *Deslocados* com reservas de milho e feijão que não chegam a meio mês;
- *Residentes do Mungo* com reservas de milho para apenas 2 meses, mas prováveis boas reservas de feijão;
- *Retornados do Bailundo, Catchiungo, Tchicala Tcholoanga e Tchinnenje* com reservas de milho para 2 meses e de feijão provavelmente para cerca de 2.5 a 3.5 meses;
- *Retornados do Huambo, Ekunha, Longonjo e Ukuma* com reservas de milho para 2 meses e de feijão para mais de 3 meses;
- *Retornados da Caála e Longuimbali* com reservas de milho para 3 meses e de feijão para 4 meses no último caso;
- *Residentes da Ekunha, Huambo e Ukuma* com reservas de milho para 4 meses e de feijão para 5 meses.

4. Mercados e Preços

4.1 Caracterização da actividade comercial

A actividade comercial é muito intensa na capital da província, onde é possível distinguir comércio a grosso e a retalho, o pequeno negócio, a intermediação de negócios/trocas entre a cidade e o interior e o comércio em estabelecimento comercial. Apesar da deterioração das estradas e pontes das principais vias de escoamento de produtos, devido às chuvas, as sedes municipais ao longo das principais vias registaram um progressivo desenvolvimento do comércio de bens industriais (bebidas, vestuário, combustíveis) e produtos não produzidos localmente. A circulação de comerciantes nas ligações com Benguela, Huíla e Bié não foi afectada.

Fruto da circulação ferroviária na linha Huambo-Caála, os mercados dos municípios de Longonjo e Caála registaram um aumento nas suas transações comerciais, reflectindo-se na maior disponibilidade de produtos industriais nos municípios de Caála e Longonjo e de produtos agrícolas nos mercados principais da cidade do Huambo.

Mantém-se em serviço e com grande impacto na actividade comercial e de transportação de pessoas o transporte rodoviário inter-municipal por uma empresa privada, abrangendo cerca de 85% do território da província, considerado pela população como seguro e economicamente mais acessível comparado ao serviço de “candongueiros”.

Nos mercados das sedes municipais existe uma boa disponibilidade e diversidade de produtos básicos de origem agrícola (1) no Huambo, Caála, Longonjo e Bailundo. Encontram-se produtos como o milho (em grão e fuba), feijão, batata-rena, mandioca, inhame e massambala, para além de hortícolas e frutas, basicamente de produção local. E espera-se maior disponibilidade a partir de Maio após a colheita principal. Os (2) mercados de Ekunha, Ukuma, Catchiungo, Longuimbali e Mungo são muito mais restritos, quase residuais, privilegiando as trocas e a disponibilidade de produtos é menos diversificada, concentrando-se nos produtos localmente produzidos e alguns produtos levados a partir do Huambo, Caála, e Bailundo, como óleo, sabão, açúcar, sal, peixe seco e vestuário. O (3) mercado da Tchicala Tcholoanga é o menos dinâmico, por ter sido uma região muito afectada pelo conflito armado, resultando em deslocações maciças de população na zona de maior aptidão agrícola a norte e a sul do município e ruptura das dinâmicas comerciais de intermediação com o Norte do país.

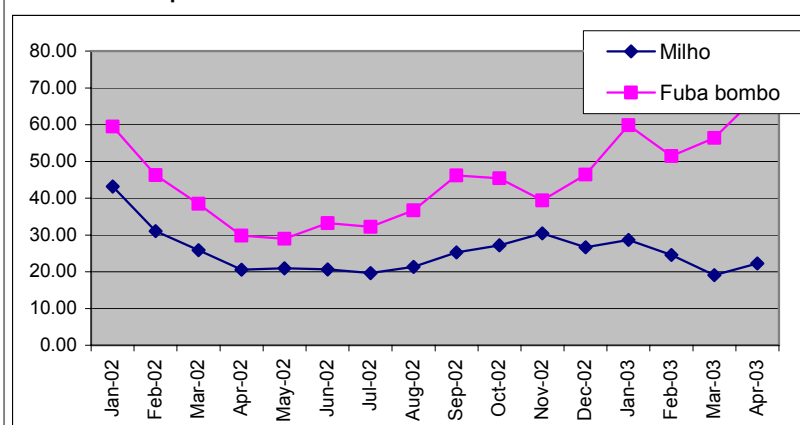
No interior dos municípios existem pequenos mercados ao longo das principais vias secundárias, com pouca diversidade de produtos, reduzida aos produtos agrícolas locais e “bundi” (raiz tipo lúpulo, utilizada para o fabrico de bebidas não fermentadas). O processo de comercialização é feito por comerciantes provenientes das sedes municipais e baseado essencialmente na troca por bens industriais essenciais, como sabão, roupa e sal. Ao longo das estradas, mas não dentro dos referidos mercados, encontram-se pontos de venda e troca de lenha e carvão. Estes mercados são mais activos, por ordem de prioridades, nos corredores: (1) Caála-Cuima, Huambo-Longuimbali e Caála-Longonjo; (2) Huambo-Bailundo e (3) Huambo-Tchicala Tcholoanga-Catchiungo.

Os mercados existentes nas ARF jogaram um papel importante para as populações vizinhas que podiam aí colocar os seus produtos, mas desde fins de Março estão a extinguir-se.

4.2. Comportamento dos preços

O aumento da disponibilidade e diversidade de produtos registado entre Março e Abril de 2003 reflectiu-se no custo da cesta alimentar básica¹ no mercado de referência da cidade do Huambo, como reflectido no gráfico 1. A cesta composta por milho, feijão, óleo e sal, comercializada no mercado municipal de S. Pedro no Huambo, suficiente para alimentar uma família de 5 pessoas a 2,100Kcal/pessoa/dia durante um mês, que custava, em Outubro/02, USD 27.19 passou para USD 22.23 em Abril/03 – cerca de 22% menos (conversão do câmbio/dia com o Kwanza – moeda do país).

¹ No Huambo a cesta básica é composta por milho, feijão, óleo e sal. A cesta alternativa contempla a fuba de bombo em substituição do milho.

Gráfico 1 - Comportamento da cesta básica e da cesta alternativa

Fonte: VAM/PAM, Mercado do S. Pedro - Município do Huambo

Verifica-se o abastecimento regular de produtos nos mercados, fruto do início das colheitas da primeira época agrícola e das transações comerciais inter-provinciais e municipais. Notou-se, porém, pouca circulação de moeda, sobretudo devido ao atraso de salários da função pública desde Janeiro de 2003. Entretanto, em Novembro de 2002 e Janeiro de 2003 verificaram-se ligeiras subidas, influenciadas sobretudo pelo preço do óleo, que escasseou nos mercados. Um outro factor, não menos importante, está ligado à estratégia da maior

parte das famílias de adquirir alimentos para reserva, prevendo os gastos da quadra festiva e o consumo no período tradicional de fome, que vai de fins de Dezembro a princípios de Março de cada ano. A subida de Abril deveu-se ao pagamento de salários da função pública em atraso desde Janeiro/03.

Relativamente ao mesmo período do ano anterior a redução do custo de ambas as cestas é apreciável, facto que reflecte a abertura dos mercados e o relançamento da produção agrícola local e seu escoamento.

A cesta alternativa, composta por massambala, apresenta a mesma tendência que a de milho, mas com um custo médio mensal normalmente acima do custo do milho. Embora a massambala não seja o produto alimentar preferido, ela substitui o milho nas épocas de escassez, é muito usada no fabrico de bebidas fermentadas e como ração avícola, razões que podem estar na base de um valor superior no mercado.

Esta baixa de preços beneficiou os grupos populacionais de baixa renda, atendendo a que os seus rendimentos não aumentam proporcionalmente às subidas ou descidas de preços no mercado. O poder de compra da população nos principais centros urbanos foi influenciado pelas mudanças na taxa de câmbio (que desvalorizou o salário da função pública) e nas áreas rurais por pobres fontes de renda neste período.

4.3. Diferenças nos preços de mercado

Os preços mais altos a nível da província, verificaram-se no município do Huambo, Bailundo e Caála. Nos restantes oito municípios da província, os preços foram mais baixos, devido ao fraco poder de compra das populações.

Na primeira semana de Fevereiro foram comparados 4 produtos básicos (fuba de milho local, feijão manteiga, óleo e sal) disponíveis em quatro diferentes mercados da província: Bimbe (Bailundo), Huambo, Sambo (Tchicala Tcholoanga) e Catata (Caála).

O preço do feijão e da fuba de milho foi mais alto no Bimbe e Sambo, mercados de pouca disponibilidade de produtos agrícolas locais e muito influenciados pela presença de militares; o óleo, no Bimbe, apresentava um custo inferior em USD 0.80 relativamente ao mercado da cidade do Huambo, por ser o óleo uma moeda de troca corrente com os militares. Entretanto, entre o Bimbe e o Sambo, mercados semelhantes, os preços foram sempre mais elevados no primeiro.

O mercado da Catata apresentou sempre custos mais baixos para o caso da fuba e do feijão locais e o inverso para o óleo e sal, relativamente ao Huambo, o que pode reflectir a disponibilidade de produção local.

4.4. Previsão de alterações no comportamento dos preços

A previsível melhoria da circulação para alguns municípios do interior com o fim das chuvas, as colheitas já efectuadas e as que se aproximam fazem prever o aumento da disponibilidade de produtos nos mercados e o provável manutenção da tendência de baixa da cesta básica. Por outro lado, o poder de compra das populações, sobretudo no interior, pode vir a aumentar, pois estarão disponíveis outras fontes de rendimento complementares à produção agrícola: caça, pesca e recolecção.

5. Situação nutricional e de saúde

5.1 Inquéritos nutricionais

Durante o período em análise, a CONCERN realizou dois inquéritos nutricionais a crianças < 5 anos nos municípios do Londuimbali e Ekunha, abrangendo todas as suas comunas acessíveis, pelo método Peso/Altura e uma amostra aleatória de 30x30. Os resultados destes inquéritos, reflectidos na tabela 5, revelam:

Tabela 5 – Inquéritos nutricionais							
Data	Local	Método	Grupo Populacional	Resultados (Z-Score)		Taxa de mortalidade	
				Global	Severa	Bruta	< 5 anos
Nov-02	Ekunha e Quipeio	P/A	6-59 meses	9.94 (7.19-12.69)	1.24 (0.34-2.11)	3.4/10,000	9.4/10,000
Nov-02	Londuimbali	P/A	6-59 meses	10.14 (7.28-13.0)	1.48 (0.42-2.58)	3.0/10,000	8.2/10,000

Fonte: CONCERN

(1) No Londuimbali, embora as taxas de malnutrição não sejam alarmantes, tendo em conta os intervalos de confiança, a situação nutricional é preocupante; as taxas poderão ser mais elevadas, pois ainda há limitações de acesso e as taxas de mortalidade estão, ambas, acima dos níveis de alerta;

(2) Na Ekunha, as taxas são semelhantes às do inquérito levado a cabo em Abril de 2002, mas a situação do Tchipeio (incluída apenas neste inquérito) revela-se pior que na sede. Também neste caso as taxas de mortalidade são alarmantes, sobretudo se comparadas com as do inquérito de Abril.

Foram realizadas várias despistagens pelo método MUAC, no quadro do sistema de avaliações rápidas das necessidades alimentares críticas, cujos resultados se apresentam na tabela 6. A situação mais grave é a da comuna da Chilata, onde se registou um risco severo de mortalidade por malnutrição de 7%. Embora não pertencendo à província do Huambo, a situação da população de Menga (K.Sul), gerida administrativamente pelo Huambo, é igualmente grave (6.18%). Esta população já está a ser assistida a partir do Sumbe.

Tabela 6 - Despistagens MUAC						
Data	Município	Comuna	Grupo	Amostra	Resultados	
					Risco moderado	Risco severo
Fev-03	Londuimbali	Vila Franca	6 - 59 meses	270	27%	11%
Fev-03	Londuimbali	Cumbila	6 - 59 meses	317	20%	15%
Fev-03	Londuimbali	Galanga	6 - 59 meses	387	42%	7%
Fev-03	Longonjo	Bongo	6 - 59 meses	*	10.50%	0.40%
Fev-03	Bailundo	Bimbe	6 - 59 meses	1,915	7.50%	0.31%
Mar-03	Longonjo	Chilata	6 - 59 meses	100	30%	7%
Mar-03	Menga	Menga	6 - 59 meses	*	9.63%	6.18%
Abr-03	Caála	Cuima	6 - 59 meses	58	3%	0.0%
Abr-03	Huambo	Chipipa	6 - 59 meses	100	5%	1%

Fonte: Sub-grupo de Nutrição

* Informação não disponível

5.2 Admissões nos Centros Nutricionais

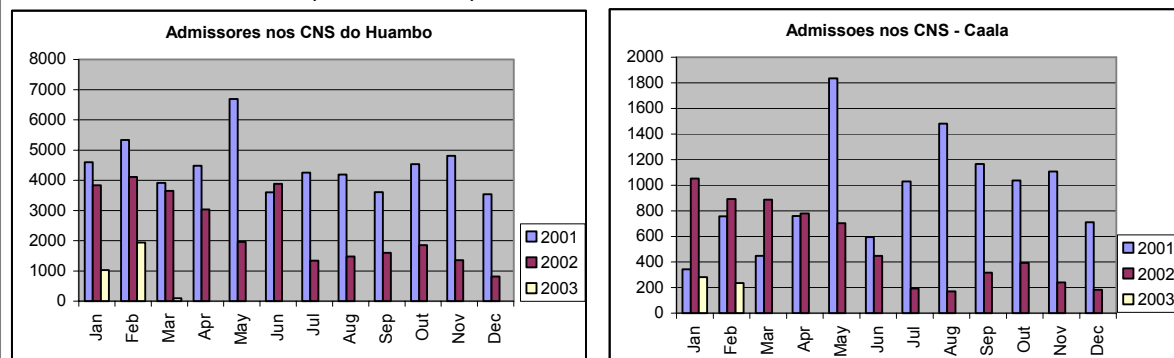
A rede nutricional actualmente existente conta com 20 CNS e 10 CNT. Para o próximo período, a rede de centros suplementares irá reduzir para 17, mantendo-se a rede de CNT, como reflectido na tabela 7 (o número de centros projectados para o futuro consta entre parêntesis). Nos municípios de Catchiungo, Tchicala Tcholoanga e Mungo, não existe qualquer estrutura da rede nutricional.

Tabela 7 - Rede nutricional		
Município	CNS	CNT
Bailundo	1 (1)	1 (1)
Caála	1 (0)	1 (1)
Ekunha	2 (3)	(0)
Huambo	7 (1)	3 (3)
Longonjo	1 (1)	1 (1)
Londuimbali	5 (8)	1 (1)
Tchindjenje	1 (1)	1 (1)
Ukuma	1 (1)	1 (1)
Menga (K.Sul)	1 (1)	1 (1)
Total	20 (17)	10 (10)

O gráfico 2 reflecte a tendência nas admissões nos CNS da província nos últimos dois anos, nos municípios do Huambo e Caála. Ela é de clara diminuição das admissões ao longo dos anos, acentuando-se a redução a partir de Abril de 2002, após o início do retorno das populações às suas áreas de origem. Podem confirmar-se, no entanto, as ligeiras subidas que se registam anualmente no considerado o "período de fome" (Janeiro-Março).

Nestes dois casos é de realçar que, a partir de Janeiro/03, começaram a encerrar centros no Huambo e na Caála, permanecendo abertos apenas 1 CNS e 2 CNT no Huambo, pela grande redução verificada no número de admissões durante o período, não justificando o seu funcionamento.

O caso do Huambo e da Caála não é comparável ao dos restantes municípios, pois a rede nutricional funcionou nestes últimos desde 2001 e em número superior. Entretanto, as admissões vêm aumentando progressivamente nos CNS dos restantes municípios, reflectindo o movimento de retorno, sobretudo para o Bailundo. De realçar, entretanto, que a cobertura da rede nutricional na generalidade das sedes municipais restringe-se a uma área reduzida à volta destas, dificilmente conseguindo alargar a sua acção para lá do raio de acção, excepto no Londuimbali.

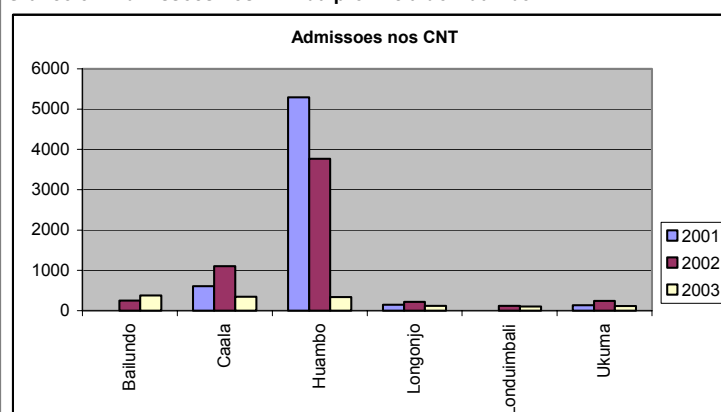
Gráfico 2 – Admissões nos CNS (Huambo e Caala)

Fonte: CONCERN, CIC, SCF-UK, MSF-F, MOVIMONDO, CICV e MINSA

No caso dos CNT, a tendência é a mesma, de redução progressiva ao longo dos anos e mais acentuada a partir de 2003. Verifica-se igualmente o início do funcionamento de CNT em várias sedes municipais, a maioria deles no 2º semestre de 2002, devido ao movimento de retorno da população. No caso do Bailundo o número de admissões em 2003 é inclusivamente superior ao do Huambo. Tal como nos CNS, o gráfico das admissões mensais revela tendências de alta entre Novembro e Março, quando as famílias de baixa renda incorporam na sua dieta alimentos de baixo valor calórico-proteico e pela suspensão, entre Nov/02 e Jan/03, da assistência alimentar a algumas localidades da Tchicala Tcholoanga, Bailundo, Mungo e Ukuma, inacessíveis nesse período.

De um modo geral, as causas que estão na base das admissões nos CNS e CNT são: a carência alimentar, principalmente nas localidades inacessíveis às operações humanitárias, e as patologias associadas (doenças diarreicas agudas e malária) pelo deficiente saneamento básico e falta de acesso aos serviços de saúde.

As situações nutricionais mais graves encontram-se nas comunas do Bimbe (Bailundo), Tchinhama (Catchiungo), Cumbira e Galanga (Londumbali), Chilata (Longonjo), Cambuengo (Mungo), Mbave, Sambo e Samboto (Tchic.Tchol.) Tchiaca (Tchinjenje) e Cacoma e Mundundo (Ukuma), por serem zonas isoladas ou de muito difícil acesso, funcionamento muito ineficiente ou nulo dos serviços de saúde e ausência de assistência humanitária.

Gráfico 3 – Admissões nos CNT da província do Huambo

Fonte: CONCERN, CIC, SCF-UK, MSF-F, MOVIMONDO, CICV e MINSA

Nestas áreas, os números conhecidos da população variam entre as 20-25,000 pessoas, à excepção do Sambo e Samboto, cujos números variam entre os 40 e mais de 50,000 pessoas. Em situação menos grave, mas preocupante, estão as comunas de Hengue, Lunge e Luvemba (Bailundo), Catata e Cuima (Caála) Tchiungo (Catchiungo), Tchipeio (Ekunha), Catabola (Longonjo), Mungo (Mungo), Tchicala Tcholoanmga e Tchinjenje.

A situação nutricional da população poderá ser menos preocupante a partir de Maio, tendo em conta a previsão de disponibilidade de alimentos após as colheitas e a melhoria das condições das estradas, melhorando o acesso a diversas localidades.

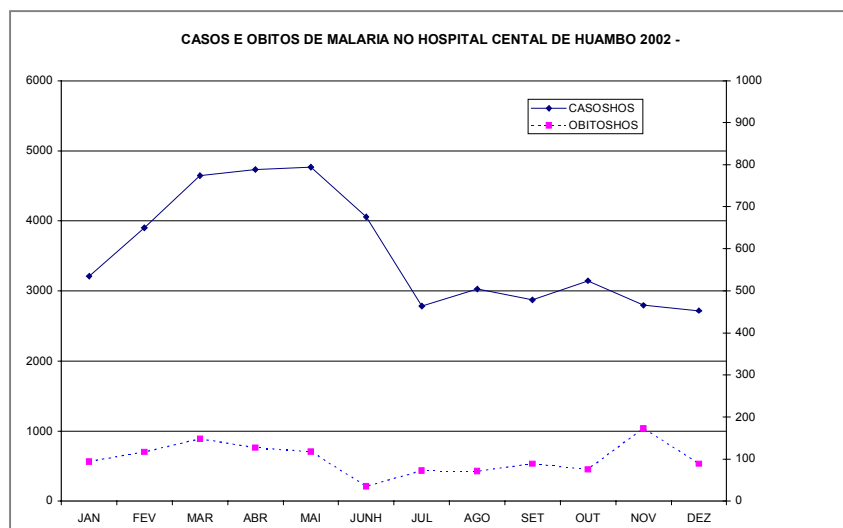
5.3 Saúde, água e saneamento

Na província do Huambo, a rede funcional de serviços de saúde é composta por 8 Hospitais, dos quais 4 no município do Huambo e um em cada um dos municípios da Caála, Bailundo, Catchiungo e Ukuma, 23 Centros de Saúde e 55 Postos de Saúde, abrangendo a totalidade das sedes municipais. Ao nível das sedes comunais apenas existem Postos de Saúde, excepto nas comunas de Chipipa (Huambo) e Lepi (Longonjo), que possuem Centros de Saúde. Uma excepção transitória são os pequenos “Centros de Saúde” nas ARF, que deverão fechar após o encerramento destas.

A distribuição das estruturas sanitárias e do pessoal de saúde é muito concentrada no município de Huambo. Entretanto, o MINSA elaborou um plano que visa o enquadramento dos técnicos de saúde da Unita e dos recém formados, em unidades de todos os municípios da província. Nas comunas da Chilata (Longonjo) e Tchiaca (Tchinjenje) o serviço de saúde é garantido por práticos, sem formação em saúde. O mesmo acontece com a capacidade de internamento: o número de camas no Huambo, é de 1.62 camas/1,000 pessoas, claramente

insuficiente. Nos Centros de Saúde de Londuimbali, Tchinjenje e Mungo, a ocupação-cama não é feita em conformidade com os padrões de cama hospitalar.

A qualidade de serviços prestados no Hospital regional do Huambo melhorou consideravelmente em termos de abastecimento regular de medicamentos essenciais e em termos de saneamento básico. Essa melhoria é fruto da descentralização financeira, que deu autonomia à Direcção do Hospital na gestão desse fundo do Governo e do apoio do CICV em medicamentos para a Pediatria. Quanto à rede sanitária periférica da província, apesar de se verificar alguma melhoria no sistema de abastecimento de medicamentos essenciais no início do período, a partir de Março, houve ruptura dos stocks do MINSA. Nesta conformidade, os maiores desafios continuam a ser a qualidade da prestação dos cuidados primários de saúde, cuja solução passaria pela melhoria dos serviços prestados aos pacientes, sistema de informação sanitária (vigilância epidemiológica) nas unidades sanitárias, a estender às áreas rurais remotas através dos promotores de saúde e melhoria do sistema de referência de doentes das unidades sanitárias periféricas para os Hospitais de referência.



No 2º semestre de 2002, o número de casos notificados de malária baixou, porém, o número de mortes permaneceu. Isto pode explicar-se, em parte devido pela redução de transmissão no período seco e também pelo mesmo fenómeno que ocorreu com o sarampo: o retorno de população às suas áreas de origem, com menor acesso a serviços e falta de notificação epidemiológica.

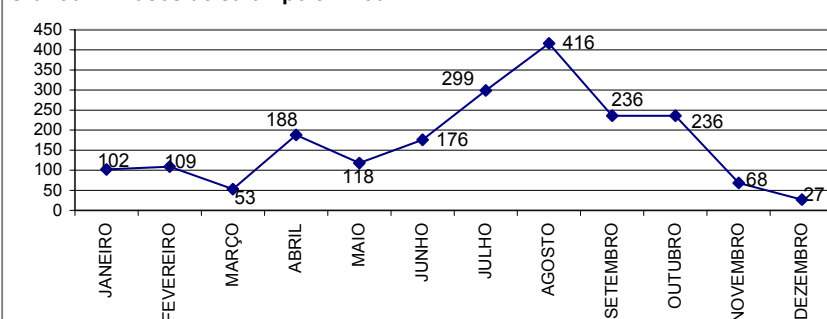
Contrariamente a essa situação, o número de mortes no Hospital Central tende a subir, por receber tardiamente os casos graves, cujos

pacientes acabam, por vezes, por falecer logo aos primeiros cuidados. É o que se percebe no gráfico: diminuição de casos de malária e uma tendência de alta de mortes hospitalares que se justificam pela referência tardia de casos graves, provenientes das unidades sanitárias periféricas.

Durante o ano de 2002, o MINSA enfrentou problemas ligados ao fornecimento regular de medicamentos essenciais e a resistência à cloroquina nos pacientes. A solução passa pela prevenção na comunidade, através da distribuição de mosquiteiros impregnados, educação para a saúde (saneamento básico) a nível das unidades sanitárias periféricas e a formação contínua do pessoal de saúde na nova metodologia de tratamento da malária. Nesta óptica, o MINSA em parceria com a OMS realizou, em Abril, um semanário de capacitação dos técnicos sobre todos os aspectos dessa doença.

No que respeita ao sarampo, a tendência de aumento de casos observado na última análise inverteu-se, a partir de Setembro, pelas seguintes razões: (1) a redução de cobertura pela vacinação nas ARF, das vacinações feitas a populações de risco pelo MSF e a DPS-OMS. A vacinação de rotina foi sempre baixa em termos de população geral; (2) a "ruralização" da população e, consequentemente, o menor acesso aos serviços de saúde fez descer a notificação de casos de sarampo. O MINSA-PAV em parceria com a OMS, UNICEF e ONGs, realizou uma campanha nacional de vacinação contra o sarampo para as crianças de 9 meses a 15 anos. No Huambo, a referida campanha iniciou na segunda quinzena de Abril e irá até Maio. Na 1ª fase da campanha, foram vacinadas 191,323 crianças das escolas dos 11 municípios do Huambo. A 2ª fase irá abranger as áreas urbanas e a 3ª fase as áreas rurais.

Gráfico 4 - Casos de sarampo em 2002



Fonte: OMS-Antena Epidemiológica do Huambo

As áreas periféricas dos municípios apresentam elevado risco de doenças prevenidas por vacinação.

A proporção de mortes notificadas no ano 2002 é de 10,2% dos casos (207-2025), quando um valor acima de 4% é considerado alto para África (OMS). A baixa cobertura e o baixo acesso aos serviços pelas pessoas que retornaram às suas áreas de origem justificam o alto risco de morbi-mortalidade encontrado na população menor de 15 anos. Um problema adicional importante é o acesso a fontes de vitamina A (importante fonte de

suplementação nas complicações do sarampo), principalmente para a população proveniente de áreas anteriormente inacessíveis e/ou isoladas, com dificuldade de acesso a alimentação.

A população em Centros de Acolhimento ou Campos de Deslocados tem acesso a saúde, embora a um nível inferior ao das cidades, com excepção de alguns campos que têm apoio de longa data e melhor organização (Cruzeiro, Cantão Paula e Cassoco). São

	ARF	Pessoas	Consultas	Malaria	Tx.Mort.
Dez-02	Menga	29,256	3,064	72%	0.1
	Chiteta	26,266	7,173	46%	0.5
	Esfinge	13,758	3,101	55%	
Nov-Abr03	Sambo	39,076	9,507	50%	

ainda vulneráveis, mas têm assistência para os problemas mais importantes, sobretudo cuidados primários. Os riscos mais importantes são: malária e sarampo. Nas ARF a situação da malária está reflectida nos números seguintes:

O quadro de doenças de importância epidemiológica pode ser mais crítico nas localidades de difícil acesso.

Entre Nov/02 e Abr/03, a OXFAM construiu 169 latrinas nos municípios de Ekunha, Huambo, Tchinenje e Longonjo, nas localidades onde se localizam populações retornadas, incluindo das ARF. De igual modo, abriu 7 furos (poços de água) no Ngove-Cuima (Caála), 3 furos em Calima-Huambo, 1 furo em Chitembo-Ekunha, 1 na Chipipa e 3 em Sacato e Capalacassa (Tchinenje). As sedes municipais da Caála, Longonjo, Ukuma, Tchinenje e Longonjo (Alto Hama) consomem água potável, proveniente de rochas pelo sistema de gravidade. Na cidade do Huambo, há fornecimento irregular de água corrente do sistema municipal de abastecimento, actualmente em reabilitação. No cômputo geral, a população da província do Huambo, consome água proveniente das cacimbas (protegida e/ou não protegidas), furos equipados com bombas manuais.

O saneamento básico do meio é deficiente nos bairros das sedes municipais. Verifica-se deposição de lixo ao ar livre e insuficiência no número de latrinas. Durante as visitas de avaliação rápida das necessidades alimentares críticas efectuadas nalgumas comunidades de Gove/Cuima (Caála) e Chipipa (Huambo) constatou-se que a média é de 1 latrina/3 famílias. Na cidade do Huambo, a situação de saneamento está a degradar-se, por falta de um sistema de tratamento e destino final de dejectos e lixo, situação que tende a agravar-se atendendo à pressão sobre a cidade.

A população rural é o grupo que mais cresce, principalmente os retornados e reassentados. Esta população não teve acesso a serviços de saúde nos últimos anos, não o tem no presente e dificilmente o terá no futuro devido à sua dispersão em áreas de difícil acesso. A vulnerabilidade destas populações, em matéria de saúde, estará ligada aos que regressaram para os locais onde essa assistência não existe ou é reduzida para o Cambuengo (Mungo), Luvemba e Hengue (Bailundo), Chilata e Catabola (Longonjo) e Tchiaca (Tchinenje). O retorno da população a áreas remotas terá implicações no futuro acesso aos serviços de saúde, na medida em que o crescimento das infra-estruturas não segue o ritmo da migração.

As instituições que operam no sector de saúde, realizaram várias actividades em torno de sensibilização contra o HIV/SIDA. De destacar a formação feita na Quissala pela ADPP a 250 professores primários de vários municípios do Huambo, com o objectivo de munir os alunos com conhecimentos correctos em relação ao HIV/SIDA. Os dados existentes sobre HIV/SIDA a nível da província são reunidos na caixa seguinte.

HIV-SIDA

A informação disponível do Banco de Sangue do Hospital Central de Huambo consta da tabela abaixo. Os dados são parciais e dizem respeito, na sua maioria, a doadores ou receptores de sangue por diversas causas.

Ano	Casos	H	M	% Homens
1990	3	2	1	66,6
1991	1	1	0	100,0
1992	9	4	5	44,4
1993	S/informação	-	-	-
1994	S/informação	-	-	-
1995	12	5	7	41,6
1996	5	4	1	80,0
1997	16	5	11	31,3
1998	13	8	5	61,5
1999	75	32	43	42,6
2000	47	22	25	46,8
2001	43	22	21	51,1
2002	27	8	19	29,6
TOTAL	251	113	138	45,0

Fonte: Banco de Sangue Hospital Central de Huambo

De reter, para o caso do Huambo, que:

- (1) O número de casos positivos controlados vem aumentando, mas registaram-se períodos de dificuldades na despistagem devido à falta de reagentes.
- (2) A percentagem de homens sero-positivos é menor que a das mulheres (45 % no período em análise e cerca de 70 % no ano passado), talvez pela possibilidade das mulheres acorrerem aos serviços de saúde durante a gravidez.

No Huambo, a estatística sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis não é representativa, dizendo respeito apenas ao Hospital Central, com 12 casos notificados de blenorragia em Janeiro de 2003.

Durante o 1º trimestre de 2003, o Hospital Sanatório do Huambo internou 235 pacientes com casos confirmados de tuberculose pulmonar, dos quais 30 óbitos. Há deficiência no tratamento contra a Tuberculose, por ruptura tuberculo-estáticos.

6. Meios de sustento e estratégias de sobrevivência

O período em análise (Nov/02-Abr/03) compreendeu o período de sementeira da principal campanha agrícola, também conhecido como período de fome (Dezembro–Fevereiro), abrange a colheita das nakas e em algumas localidades da província corresponde ao início da “grande colheita” (Maio-Junho), bem como ao pico da colheita de hortícolas, legumes e frutas.

Nesta altura, a maioria dos agregados familiares é forçada a procurar fontes alternativas de geração de renda, para fazer face à escassez de produtos agrícolas de produção própria. O trabalho agrícola ocasional foi a principal fonte de rendimento para a maioria dos agregados familiares retornados e residentes de renda baixa, nomeadamente: preparação de terras e recolha e transporte de produtos. Em termos de actividades extra-agricultura, os homens retornados realizaram trabalhos de construção provisória de habitações nas zonas onde se estão a fixar as famílias provenientes das ARF. Outra fonte de receita foi a utilização dos “trotos” (carro de mão) para a transportação de mercadorias das praças municipais para as zonas mais remotas e de difícil acesso.

Nas aldeias do corredor do Ngove -Cuima (Caala), grande parte de famílias dedicou-se, para além de empreitadas na agricultura, à pesca artesanal (pescando e/ou prestação de serviços nas embarcações) para fins comerciais e de consumo, constituindo o seu maior recurso de sustento. Essa actividade será mais lucrativa em tempo seco (Maio-Outubro), período de maior captura de peixe.

Tabela 8 – Meios de sustento			Período corrente		Próximo período	
Actividades			Nov-Jan	Fev-Abr	Mai-Jul	Ago-Out
Fontes alternativas de rendimento	Mão de obra	Empreitadas agrícolas	▲	▼	—	—
		Transporte de mercadorias	▼	▼	▲	—
		Trabalho doméstico p/outrem	—	—	—	—
	Transform. produtos (mercado ou naturais)	Produção/venda caseira de bebidas	—	—	—	—
		Produção e venda de artesanado	—	—	—	—
		Fabrico de adobe	n.a	n.a	▲	▲
		Produção/venda de carvão	▼	▼	▲	▲
	Exploração de Recursos Naturais	Recolha de alimentos silvestres	▼	▼	▲	▲
		Pesca artesanal	▼	▼	▲	▲
		Caça	▼	▼	▲	▲
		Recolha e venda de mel	n.a	n.a	▲	▲
	Es sobreviv		▲	—	—	—
			▲	—	—	—
			▲	—	—	—
		Eliminação de refeições	n.a	n.a	n.a	n.a
		Venda de bens produtivos	▲	—	—	—

O trabalho nas lavras, a venda de lenha e carvão foram as principais fontes de renda no período. Entretanto, o trabalho agrícola rende menos do que o carvão, na cidade ou no meio rural. O carvão rende bastante mais, sobretudo para os intermediários na cidade. O trabalho ocasional nas lavras é, muitas vezes, pago directamente em produtos alimentares e não em dinheiro. De uma forma geral, todas estas actividades apenas garantem o sustento diário à maioria dos agregados familiares, dificilmente permitindo poupar.

Legenda:	
—	não houve mudança
▲	aumento da actividade
▼	redução da actividade
n.a	não se aplica

A partir do mês de Maio (período seco), a população da região leste da província, nomeadamente do município do Catchiungo e algumas comunas do município da Tchicala Tcholoanga iniciarão a produção do mel. A partir de Junho, começa a recolha de cana-de-açúcar, usada para o fabrico de bebidas fermentadas em quase toda a extensão da província. Haverá necessidade de mão de obra para ajudar nas colheitas das lavras, para além de poderem fazer recurso à caça e pesca.

A tabela 8 reflecte as actividades de geração de renda ou exploração de recursos naturais de que se fez uso mais intenso no período deste relatório, bem como as oportunidades para o próximo período. Os padrões de consumo começam a mudar ligeiramente a partir de Janeiro, devido ao esgotamento das reservas de cereais e insuficiência das colheitas das nakas. Nesta altura, as famílias do meio peri-urbano incorporam na sua alimentação a batata-doce e o abacate; as do meio rural, principalmente os grupos mais vulneráveis, começaram a alimentar-se de batata-doce e banana cozida ou transformada em farinha, alimentos silvestres, vendidos ou consumidos directamente. Em geral, as famílias de ambos os meios reduzem o número de refeições por dia. A dieta alimentar passa a ser mais pobre em micro-nutrientes e proteínas e os alimentos básicos reduzem-se quase exclusivamente à batata-doce.

No meio urbano e peri-urbano, os empréstimos financeiros para posterior pagamento com juros, os empréstimos de alimentos para posterior devolução aquando da recepção da ração do PAM e a mendicância praticada por idosos, deficientes físicos e crianças são as estratégias de sobrevivência mais comuns adoptadas. No norte da província, nas comunas do Bimbe e Luvemba (Bailundo) e comuna do Cambuengo (Mungo) parte da população consumiu raízes de bananeira como única alternativa de subsistência, depois de escassearem os frutos silvestres.

7. Identificação de áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar

Com base na análise efectuada ao longo deste relatório, apresenta-se na tabela 9² o quadro global da situação na província, ilustrado em mapa na Figura 2.

As áreas em risco mais *elevado à insegurança alimentar* são as comunas de Bimbe e Hengue (Bailundo), Tchinhama e Tchiumbo (Catchiungo), Tchipeio (Ekunha), Chilata (Longonjo), Cambuengo (Mungo), Sambo, Samboto (Tchicala Tcholoanga), Chiaca (Tchinjenje) e Mundundo (Ukuma). Os factores que levaram a esta classificação foram:

Tabela 9 – Risco geográfico à insegurança alimentar

Áreas Geográficas		Acessibilidade	Agricultura	Actividades económicas e mercados	Saúde, Nutrição e Saneamento	Mecanismos de sobrevivência	Grau de risco
Municípios	Comuna/Localidade						
Bailundo	Bailundo	+	±	±	+	±	MB
	Bimbe	--	--	--	--	--	E
	Hengue	-	-	--	--	-	E
	Lunge	-	-	--	-	-	ME
	Luvemba	-	-	--	-	-	ME
Caála	Caála	+	+	+	+	+	B
	Calenga	+	+	+	±	+	B
	Catata	+	-	-	-	-	M
	Cuima	+	-	±	-	±	M
Catchiungo	Catchiungo	±	±	±	±	±	MB
	Tchinhama	--	--	--	--	--	E
	Tchiumbo	-	--	--	--	-	E
Ekunha	Ekunha	-	+	±	±	+	MB
	Tchipeio	--	-	-	--	-	E
Huambo	Huambo	+	+	+	+	+	B
	Calima	-	±	±	±	±	M
	Chipipa	+	±	+	+	±	B
Londumbali	Londumbali	+	±	+	±	±	MB
	Alto Hama	+	±	+	±	±	MB
	Cumbira	-	-	-	-	-	ME
	Ngalanga	±	±	-	-	-	M
	Ussoque	+	-	-	±	-	M
Longonjo	Longonjo	+	±	+	+	+	B
	Catabola	-	--	-	-	-	ME
	Chilata	-	-	--	--	--	E
	Lepi	+	±	±	±	±	MB
Mungo	Mungo	-	--	-	-	-	ME
	Cambuengo	--	--	--	--	--	E
Tchic.Tcholoanga	Tchicala Tchol.	-	-	-	-	-	ME
	Mbave	-	-	-	-	--	ME
	Sambo	--	--	--	--	--	E
	Samboto	--	--	--	--	--	E
Tchinjenje	Tchinjenje	-	±	-	-	-	ME
	Chiaca	--	--	--	--	--	E
Ukuma	Ukuma	±	±	±	±	±	MB
	Cacoma	-	-	-	-	-	ME
	Mundundo	-	-	--	--	--	E

- **Áreas muito afectadas pelo conflito armado:** grande movimentação de populações (sobretudo Bimbe, Hengue, Tchinhama, Chilata, Cambuengo e Chiaca) perda de bens, destruição de infra-estruturas sociais e produtivas e presunção de vastas zonas minadas (Bimbe, Tchinhama, Tchiumbo, Cambuengo, Chiaca e Mundundo).
- **Isolamento ou problemas graves de acesso:** isolamento total nos casos da Tchinhama, Tchiumbo, Cambuengo, Chiaca e Mundundo, devido a pontes destruídas e suspeita de minas.
- **Grande concentração de populações:** acima de 30 mil pessoas (Sambo, Samboto, Tchipeio e Tchiumbo); acima de 20 mil pessoas (Bimbe, Hengue, Tchinhama, Chilata e Cambuengo). Apenas dois casos apresentam abaixo das 20 mil pessoas (Mundundo e Chiaca). As comunas do Bimbe, Hengue, Tchinhama, Tchipeio Chilata e Sambo apresentam um movimento de retorno importante (acima de 10 mil pessoas no período entre Nov/02 e Abr/03). O Sambo é a comuna que mais retornados recebeu: cerca de 43 mil. **Populações não abrangidas pela distribuição de insumos agrícolas:** embora a

distribuição de insumos para a presente campanha agrícola tenha sido extensiva a todos os municípios da província, ela concentrou-se nas sedes municipais, raramente atingindo as populações das comunas, sobretudo estas. À excepção do Tchipeio, onde as populações terão conseguido cultivar, nas restantes comunas ou não cultivaram ou cultivaram apenas para conservação de semente.

- **Inexistência de mercado:** o mercado nestas comunas não funciona ou é limitado a trocas entre produtos agrícolas, raramente aparecendo produtos industrializados (aparece esporadicamente sal, óleo e sabão). Este facto fica a dever-se à inexistência de produção local e ao baixo poder de compra das populações. Os

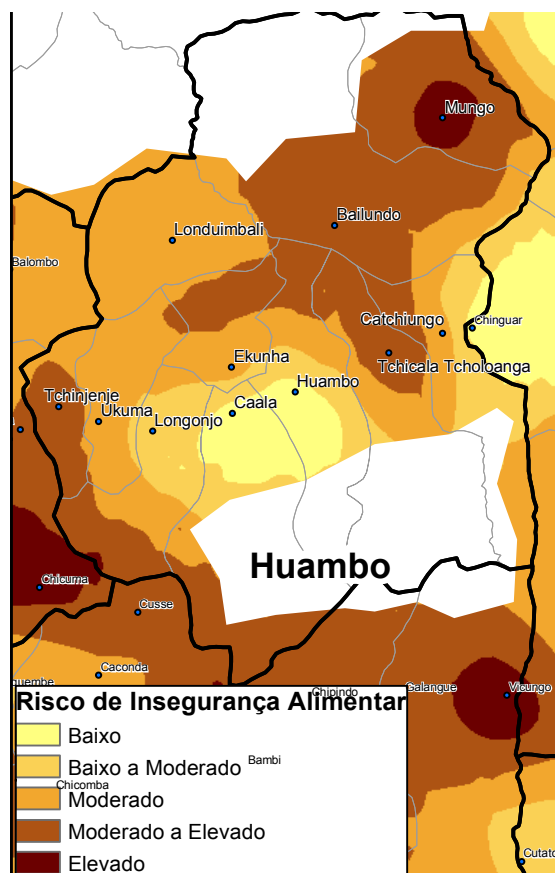
² Grau de risco geográfico à insegurança alimentar: **E**-elevado; **ME**-moderado a elevado; **M**-moderado; **MB**-moderado a baixo; **B**-baixo.

mercados do Bimbe e do Sambo representam uma excepção neste conjunto de comunas, mas isso deve-se à existência das ARF e bases militares das FAA, que permitem trocas de alimentos por bebida fermentada feita pelas populações (babata-doce, massambala e cana-de-açúcar).

- **Má qualidade dos serviços de saúde:** apesar de existirem postos de saúde nas sedes de todas estas comunas e do abastecimento regular em kits de medicamentos essenciais, a prestação de serviços de saúde é feita por práticos, sem formação.
- **Situação nutricional preocupante:** Não existem estruturas da rede nutricional. O inquérito nutricional realizado no Tchipeio aponta para taxas de mortalidade alarmantes e a despistagem MUAC realizada na Tchilata indica risco severo de mortalidade por malnutrição (7%). Nas restantes comunas não se realizaram quaisquer despistagens, por inacessibilidade, presumindo-se que a situação pode ser semelhante.
- **Poucas oportunidades de mercado e de exploração dos recursos naturais:** as populações destas comunas praticamente não tiveram produção agrícola, fonte principal de rendimento das famílias pobres; por outro lado, a inexistência de mercados em funcionamento não lhes permite ter outras fontes de renda e a exploração dos recursos naturais (caça e corte de lenha) para complemento do consumo e da renda é limitada pela suspeita de minas. Estas populações foram forçadas a adoptar estratégias de sobrevivência severas como abolir refeições e consumir raízes de bananeira.

As áreas em risco moderado a elevado à insegurança alimentar são as comunas de Lunge e Luvemba (Bailundo), Cumbira (Londumbali), Catabola (Longonjo), Mungo (Mungo), Tchicala Tcholoanga e Mbave (Tch.Tcholoanga), Tchinjenje (Tchinjenje) e Cacoma (Ukuma). Neste casos, alguns dos factores modificam-se:

- **conflito e população:** zonas igualmente afectadas pelo conflito, movimentos maciços de população; existem concentrações populacionais menores, embora ainda importantes (Lunge, Mungo e Tchicala Tcholoanga: acima de 30 mil pessoas; Luvemba, Mbave e Tchinjenje: acima de 20 mil); o movimento de retorno é também importante e por ordem de prioridades: Mungo (42 mil), Lunge (37 mil), Luvemba (27 mil);
- **acessos:** nenhuma delas é uma zona isolada, mas os acessos são muito difíceis em tempo chuvoso;
- **apoio à campanha agrícola:** apesar de algumas destas comunas terem recebido insumos agrícolas, a cobertura limitou-se às sedes municipais e relativamente ao total de insumos distribuídos não ultrapassou os 8% (caso da Tchicala Tcholoanga);
- **mercado:** existem mercados, sobretudo nas sedes municipais, mas são pouco dinâmicos;
- **acesso a serviços de saúde:** a prestação de serviços de saúde é feita por práticos, sem formação. Melhorou a situação no Mungo e no Tchinjenje com a presença de ONG a operar no sector;



- **situação nutricional:** apesar da existência de CNS na Cumbira, Tchipeio e Tchinjenje e CNT no Tchinjenje, a situação nutricional dessas populações continua preocupante, porquanto a distribuição geral de comida do PAM não cobre a maioria da população em insegurança alimentar. No caso do Mungo (principalmente Cambuengo), os casos de malnutrição são transportados para o CNS e CNT do Bailundo. O único inquérito realizado no município de Londumbali abrangeu a comuna de Cumbira e de Galanga e no município de Ekunha abrangeu a comuna do Tchipeio. Os resultados desses inquéritos mostram que as taxas de malnutrição não são preocupantes, mas a taxa de mortalidade está acima dos níveis de alerta. A despistagem MUAC realizada em Fev/03, no Mungo e no Bimbe, mostrou que o risco severo de mortalidade por malnutrição não é alarmante (0.38% - Mungo e 0.31% - Bimbe) mas é preocupante se associada a outros factores (difícil acesso, produção agrícola insignificante, assistência alimentar suspensa e inexistente para Bimbe).

Fig. 2 - Mapa do risco geográfico à insegurança alimentar

A tabela 10 resume os grupos populacionais considerados na província, suas características e quantificação. Estes grupos foram classificados em três diferentes graus de vulnerabilidade pela comunidade humanitária da província, sendo o grau I considerado o de “maior vulnerabilidade” e o grau III o de “menor vulnerabilidade”.

No grau I incluíram-se as populações desprovidas de factores de produção e que não terão cultivado na campanha agrícola 2002-03 ou que terão tido poucas reservas, para além dos serviços de saúde e a rede nutricional serem largamente insuficientes.

No grau II incluíram-se as populações que poderão ter algumas reservas alimentares, mas que não ultrapassam 1 a 2 meses, que tiveram alguma assistência até há relativamente pouco tempo e podem aceder, mesmo que fora das suas áreas, a serviços mínimos de saúde.

No grau III incluíram-se as populações especialmente residentes e alguns reassentados, que apesar da instabilidade verificada no passado, têm acesso a terras agricultáveis, tiveram assistência alimentar do PAM durante certo tempo, com apoio em sementes e instrumentos de trabalho e encontram-se em localidades acessíveis a serviços básicos de saúde, o que lhes permite sustento alimentar.

Tabela 10 - Caracterização dos grupos populacionais na província

Grupos	Características
Deslocados (IDP)	As ARF na província do Huambo foram assistidas pela última vez em fins de Abril, devendo as 81,919 pessoas ainda ali existentes ser transportadas para as suas áreas de origem brevemente, sob responsabilidade do IRSEM. Existem ainda 3,000 pessoas do centro de trânsito do Acumol (Huambo) e 467 pessoas no município da Ekunha. Os restantes campos de deslocados a nível da província foram todos encerrados. Eventuais deslocados que possam existir estão inseridos nas comunidades e o seu número não é controlado.
Retornados (RET)	Este grupo totaliza 311,781 pessoas, que retornaram as suas áreas de origem desde o cessar-fogo, em Abril de 2002. Pensa-se que o número total de retornados seja de mais de 800,000 pessoas em toda a província, mas nem todos em situação de vulnerabilidade.
Reassentados (REA)	Este grupo totaliza 27,968 pessoas deslocadas desde Outubro de 2001. Encontram-se em campos de reassentamento, fora das suas áreas de origem: Calimamo (Ekunha), Cantao Paola, Cassoco e Calenga (Caala), John II, Desvio do Bongo e Elavoco (Longonjo), Ukuma, Casseque III, Cruzeiro e Lomanda-Chipipa (Huambo) e Cacchiungo.
Residentes (RES)	O grupo considerado em situação de vulnerabilidade totaliza 388,050 pessoas, devido a fraca produção agrícola, limitação no acesso aos serviços básicos de saúde e poucas alternativas de subsistência.
Grupos Socialmente Vulneráveis (GSV)	Inclui cerca de 5,000 pessoas com capacidade produtiva reduzida, especialmente idosos, diminuídos físicos e orfãos em diversos municípios da província.

8. Conclusão: Índice integrado de vulnerabilidade

A tabela 11³ resulta do cruzamento das análises anteriormente efectuadas entre o risco geográfico à insegurança alimentar e a vulnerabilidade socio-económica de cada um dos grupos populacionais em presença. A classificação resultante foi dividida em intervalos de diferentes cores, que indicam o estado de insegurança alimentar e diferentes graus de vulnerabilidade, conforme legenda.

Tabela 11 – Índice Integrado de Vulnerabilidade

Grau de Vulnerabilidade	Grupos Populacionais					
	IDP	RET	REA	RES-V	GSV	Sub-tot
Insegurança alimentar	0	192,189	14,545	117,402	0	324,136
Vulnerabilidade elevada	3,467	79,977	11,520	80,864	1,140	176,968
Vulnerabilidade moderada	0	39,615	1,000	59,038	2,762	102,415
Vulnerabilidade potencial	0	0	903	130,746	893	132,542
Total	3,467	311,781	27,968	388,050	4,795	736,061

³ **Insegurança Alimentar:** indica que os grupos populacionais nas comunas mencionadas se caracterizam por sistemas de sustento gravemente afectados ou mesmo em ruptura, não permitindo satisfazer as necessidades nutricionais diárias mínimas caso não tenham acesso a assistência alimentar.

Vulnerabilidade Elevada: indica que nos próximos meses (até, pelo menos, à próxima colheita) existe uma elevada probabilidade (acima de 50%) de que os grupos populacionais nas comunas mencionadas possam vir a encontrar-se em situação de insegurança alimentar.

Vulnerabilidade Moderada: indica que nos próximos meses (até, pelo menos, à próxima colheita) existe alguma probabilidade (embora abaixo de 50%) de que os grupos populacionais nas comunas mencionadas possam vir a encontrar-se em situação de insegurança alimentar.

Potencialmente vulneráveis: indica que, nos próximos meses e caso se verifique algum evento imprevisível que limite dramaticamente a disponibilidade e/ou a acessibilidade aos alimentos básicos, os grupos populacionais nas comunas mencionadas não terão os recursos necessários para fazer face à crise e poderão vir a encontrar-se em situação de insegurança alimentar.

Encontram-se em situação de *insegurança alimentar* na província cerca de 324,136 pessoas, cujos sistemas de sustento estão gravemente afectados, não possuindo quaisquer reservas alimentares, nem outros meios de satisfazer as suas necessidades alimentares mínimas. Desse número, cerca de 14,545 pessoas em zonas de reassentamento, 192,000 retornados a diferentes regiões do interior da província, 117,402 residentes considerados como possuindo uma vulnerabilidade estrutural acentuada.

Nesta situação, as comunas de maior concentração de população vulnerável são, por ordem de prioridade:

- (1) comunas do Sambo e Samboto (Tchicala Tcholoanga) e Tchipeio (Ekunha) – com 63 e 48,000 pessoas respectivamente;
- (2) comunas do Mungo (Mungo), Bimbe (Bailundo), Tchiumbo (Catchiungo) e Chilata (Longonjo) – entre 20 e 30 mil pessoas;
- (3) comunas da Tchinhamo (Catchiungo), Luvemba (Bailundo) e Chiaca (Tchinjenje) – entre com 19 e 13,000 pessoas nos últimos dois casos;
- (4) comunas do Mundundo (Ukuma), Cambuengo (Mungo) e Catabola (Longonjo), com números inferiores a 10 mil pessoas.

Em situação de menor gravidade, mas num grau de *vulnerabilidade elevada*, encontram-se cerca de 176,968 pessoas, com reservas insuficientes para satisfazer as necessidades alimentares mínimas até à próxima colheita; as reservas destes agregados não deverão ultrapassar os 2 meses. Desse número, cerca de 11,520 reassentados, 3467 são deslocados em campos, 79,977 pessoas retornadas a diferentes municípios da província, 80,864 pessoas residentes vulneráveis e 1,140 pessoas do grupo socialmente vulnerável.

No Lunge (Bailundo) encontram-se a maior concentração de populações no grau de *vulnerabilidade elevada* – cerca de 35,000 pessoas, seguida do Hengue (Bailundo) e Catata (Caála), com 20,000 cada uma. Outras comunas apresentam concentrações de população vulnerável menores, sendo as mais importantes as do Cuima (Caála) e Luvemba (Bailundo), com 15 e 13,000 pessoas respectivamente. As restantes comunas possuem concentrações abaixo das 10,000 pessoas.

Destas populações foram assistidas, pelo PAM, em Abril/03 cerca de 115,000 pessoas nas comunas de maior risco e 88,000 nas comunas que situam em risco moderado a elevado. Note-se, no entanto, que, nestas mesmas áreas, cerca de 110,000 pessoas encontram-se isoladas (tabela 11 – comunas de Tchinhamo, Tchiumbo, Cambuengo, Samboto, Tchiaca e Mundundo classificadas em risco elevado).

9. Recomendações

Com base nas constatações deste relatório, O Grupo Provincial de Análise de Vulnerabilidade decidiu tecer as seguintes recomendações:

Em matéria de acessos:

Propor ao Governo provincial a priorização dos trabalhos de reabilitação de pontes e estradas durante o tempo seco (Maio a Setembro), sobretudo nas áreas de maior risco (ver tabela 11).

Devem ser priorizadas para desminagem as vias que dão acesso às áreas em risco elevado e moderado a elevado, onde existem grandes concentrações populacionais (ver tabela 11).

Em matéria de agricultura:

- Tendo em conta o grande movimento de retorno que se regista nos municípios fundamentalmente do Bailundo, Mungo, Londumbali (comunas de Cumbira e Galanga sobretudo), Catchiungo, Tchicala Tcholoanga e Tchinjenje, estas devem ser as áreas prioritárias na distribuição de meios de produção para as famílias camponesas, já para as “nakas” e lavras fundamentalmente nas categorias de retornados e reassentados que não tiveram participação nas últimas duas campanhas agrícolas.
- As necessidades em insumos agrícolas no Huambo totalizaram, até ao momento, cerca de 174,000 famílias, segundo os pedidos apresentados pela comunidade humanitária aos organismos doadores. Segundo o MINADER existirão necessidades superiores, mas não especificadas.
- Os insumos a distribuir devem respeitar os seguintes mínimos: 1 enxada europeia, 1 enxada tradicional, 1 catana e 1 lima/família, 10 kg de milho SAM 3 ou outra variedade local de polinização livre, 5 kg de feijão carioca ou canário, 5 kg amendoim Natal comum e 40 gr de hortícolas.

O fornecimento de fertilizantes químicos (12-24-12 e ureia ou sulfato de amónio) para compensar o baixo índice de fertilidade das terras e assegurar produções agrícolas mínimas que contribuam para a segurança alimentar das famílias deveria ser encarada na modalidade de crédito bonificado às famílias camponesas por parte de instituições bancárias e outras, por decisão governamental. Entretanto, o estímulo do uso de adubação verde é uma estratégia alternativa que deveria começar a ser adoptada nas intervenções junto das famílias camponesas (modalidades de FFW podem ser utilizadas para a construção de nitreiras onde haja gado suficiente).

O sub-grupo de agricultura e segurança alimentar deverá incorporar a discussão mais abrangente da situação de segurança alimentar das populações e propostas concretas de intervenção.

Em matéria de saúde e nutrição:

Com base nos resultados dos inquéritos e avaliações e na análise das admissões na rede nutricional da província, o grupo provincial recomendou:

- Manter em funcionamento durante, pelo menos, os próximos 6 meses, os centros nutricionais já existentes no Londuimbali e na Ekunha e abrir novos CNS nas comunas de Cumbira e Galanga (Londuimbali) e Tchipeio (Ekunha);
- Estender a rede de centros nutricionais às comunas de Sambo, Samboto (Tchicala Tcholoanga), Tchiumbo e Catchiungo Sede, Cambuengo (Mungo), Bimbe, Lunge e Hengue (Bailundo), Chiaca (Tchinjenje) e Tchilata (Longonjo), tendo em conta a instabilidade da situação alimentar dos retornados internos provenientes principalmente das ARF;
- Expandir a assistência médica para lá dos limites das sedes municipais;
- Melhorar o sistema de vigilância nutricional, nomeadamente mediante melhoria do sistema de referência entre unidades sanitárias e centros nutricionais, seguimento, encaminhamento de crianças desnutridas identificadas durante as despistagens para os centros nutricionais;
- Incrementar o sistema de vigilância epidemiológica, através do sistema de alerta rápido (SARV) dentro das unidades sanitárias;
- Incentivar a educação para saúde nas unidades sanitárias;
- O sub-grupo de nutrição propõe que todos os parceiros respeitem e sigam o protocolo nacional de nutrição para qualquer tipo de avaliações ou intervenções nutricionais;
- Melhorar o sistema de informação de saúde, nomeadamente sobre doenças de importância epidemiológica e DTS, HIV/SIDA a nível das unidades sanitárias periféricas;

Em matéria de assistência alimentar:

- Criar um sistema regular de registo do movimento da população, por forma a expandir a assistência alimentar atempada aos retornados em situação de insegurança alimentar ou vulnerabilidade elevada;
- Considerar para assistência alimentar, na modalidade de protecção de sementes, na próxima sementeira (Setembro/Outubro 2003) apenas os reassentados pós-Outubro 2001, deixando assistir antigos reassentados de períodos anteriores;
- Debater a possibilidade de os alimentos para protecção de sementes puderem ser distribuídos pelos mesmos parceiros da distribuição de insumos em simultâneo com esta ou garantir que o PAM o pode fazer na fase leitosa de desenvolvimento das culturas;
- Expandir a distribuição alimentar geral em áreas identificadas com risco elevado e moderado elevado a insegurança alimentar, principalmente onde funciona algum centro nutricional, de modo a servir de suporte a intervenção nutricional.

Em matéria de coordenação da acção humanitária:

- Dinamizar o funcionamento da equipa provincial de “avaliações rápidas de necessidades alimentares críticas”, por forma a permitir o diagnóstico e a disponibilização de informação de monitoria da situação de segurança alimentar das populações, sobretudo nas áreas mais críticas (ver tabela 11).

Anexo 1

Tabela 11 – Índice Integrado de Vulnerabilidade

Áreas Geográficas			Grupos Populacionais																		Total geral
Risco	Local.	Mun.	I					TOTAL	II					TOTAL	III					TOTAL	
			IDP	RET	REA	RES-V	GSV		IDP	RET	REA	RES-V	GSV		IDP	RET	REA	RES-V	GSV		
E	Bimbe	Bailundo		19,740		6,580		26,320						0						0	26,320
	Hengue							0						0				25,000		25,000	25,000
	Tchinhamá	Catchiungo		19,000				19,000						0						0	19,000
	Tchiumbo					25,000		25,000						0						0	25,000
	Tchipeio	Ekunha		7,460				7,460				40,000		40,000						0	47,460
	Tchilata	Longonjo		25,600				25,600						0						0	25,600
	Cambuengo	Mungo				5,187		5,187						0						0	5,187
	Sambo	Tch.Tcholoanga		63,050				63,050						0						0	63,050
	Samboto					20,000		20,000		20,000				20,000						0	40,000
	Tchiaca	Tchinjenje				13,000		13,000						0						0	13,000
Mundundo	Ukuma						0				6,500		6,500						0	6,500	
Sub-total			0	134,850	0	69,767	0	204,617	0	20,000	0	46,500	0	66,500	0	0	0	25,000	0	25,000	296,117
ME	Lunge	Bailundo						0		10,000				10,000				25,000		25,000	35,000
	Luvemba				13,545			13,545		13,000				13,000						0	26,545
	Cumbira	Londumbali						0		8,000				8,000				2,480		2,480	10,480
	Catabola	Longonjo			1,000			1,000		257		7,884		8,141						0	9,141
	Mungo	Mungo		30,000				30,000		3,000				3,000						0	33,000
	Tch.Tcholoanga	Tch.Tcholoanga						0		2,000			324	2,324						0	2,324
	Mbave							0						0				10,000		10,000	10,000
	Tchinjenje	Tchinjenje						0		7,000				7,000						0	7,000
Cacoma	Ukuma						0				10,500		10,500						0	10,500	
Sub-total			0	30,000	14,545	0	0	44,545	0	43,257	0	18,384	324	61,965	0	0	0	37,480	0	37,480	143,990
M	Catata	Caala				1,135		1,135		20,000				20,000						0	21,135
	Cuima							0		15,000				15,000				30,000		30,000	45,000
	Calima	Huambo		7,339				7,339						0						0	7,339
	Galanga							0			6,382			6,382				19,618		19,618	26,000
	Ussoque	Londumbali						0						0				9,420		9,420	9,420
Sub-total			0	7,339	0	1,135	0	8,474	0	35,000	6,382	0	0	41,382	0	0	0	59,038	0	59,038	108,894
MB	Bailundo	Bailundo						0		15,000			398	15,398				25,000		25,000	40,398
	Catchiungo	Catchiungo		266	2,138		625	3,029						0						0	3,029
	Ekunha	Ekunha	467				191	658						0				36,350		36,350	37,008
	Londumbali	Londumbali						0		2,000			500	2,500			903	23,890		24,793	27,293
	Alto Hama							0			1,000			1,000				15,000		15,000	16,000
	Lepi	Longonjo		1,205				1,205													
	Ukuma	Ukuma						0		3,615			364	3,979						0	3,979
Sub-total			467	1,471	2,138	0	816	4,892	0	20,615	1,000	0	1,262	22,877	0	0	903	100,240	0	101,143	128,912
B	Caala	Caala			3,000			3,000					1,000	1,000				5,000		5,000	9,000
	Calenga							0						0						0	0
	Huambo	Huambo	3,000					3,000		10,000				10,000					893	893	13,893
	Chipipa			249				249						0				25,506		25,506	25,755
Longonjo								0		9,000			500	9,500						0	9,500
Sub-total			3,000	249	3,000	0	0	6,249	0	19,000	0	0	1,500	20,500	0	0	0	30,506	893	31,399	58,148
Total			3,467	173,909	19,683	70,902	816	268,777	0	137,872	7,382	64,884	3,086	213,224	0	0	903	252,264	893	254,060	736,061